

**Roselyne de Villanova (Dir.), 2007, *Conjuguer La Ville*, Paris, L'Harmattan**

*Teresa Sá*

Neste livro, um conjunto de autores de vários países (França, Itália, México, Espanha e Portugal) analisa as relações entre a arquitectura e as ciências sociais (privilegiando a antropologia e a sociologia) tendo como preocupação fundamental perceber de que modo estas duas formas de conhecimento podem juntas agir sobre a cidade.

O tema é por demais interessante e a sua leitura dá-nos a conhecer parte do debate científico e das experiências que se fazem em vários países, procurando articular o trabalho dos cientistas sociais (sobretudo antropólogos e sociólogos) e o dos arquitectos.

Roselyne de Villanova (que dirige a colectânea de textos) e Adelina Miranda referem no texto de apresentação que, depois de um período rico em experiências inovadoras em Portugal, Itália e França, nos anos setenta, em que se verificou um trabalho conjunto de arquitectos e cientistas sociais sobre a cidade e o alojamento, vive-se agora um período diferente em França, cujo contexto político, económico e científico não predispõe à colaboração entre estes profissionais. Foi a partir da constatação destas dificuldades que se criou um “atelier internacional restrito” onde ao longo de quatro anos foram debatidas as questões que surgem neste livro.

O livro está organizado em três partes: Na primeira apresenta-se a história de uma disciplina jovem, a “antropologia urbana”, em Itália, México, Espanha e Portugal, e da “antropologia do espaço” em França; na segunda analisa-se o ensino das ciências sociais nas escolas de arquitectura e apresentam-se experiências pedagógicas interdisciplinares em Itália (Nápoles), Espanha (Barcelona), França e Tunísia, e Portugal; na terceira parte discute-se um conjunto de noções como a globalização e a interdisciplinaridade, propondo instrumentos de análise numa perspectiva interdisciplinar e intercultural.

Em relação à primeira parte, os artigos sobre a Itália, México, Espanha e Portugal referem-se ao surgimento da antropologia urbana, à sua história e aos principais objectos estudados. A antropologia urbana é uma disciplina muito jovem (anos 80), cujos objectos de estudo (fenómeno migratório,

minorias étnicas, culturas juvenis, bairros, espaço público, etc.) relevam da cidade e das suas transformações recentes.

Em todos os artigos se chama a atenção para os aspectos relacionados com a constituição da antropologia como ciência, concretamente para a utilização da observação participante, como elemento caracterizador da disciplina. Como refere Graça Cordeiro, citando Agié “O conhecimento antropológico estrutura-se à volta de dois eixos centrais: a micro-escala do quotidiano e o contacto pessoal entre o observador/observado” (95).

Os artigos de Signorelli e Giglia (Itália e México) dão uma grande importância ao trabalho interdisciplinar que se realiza naqueles países.

Em relação ao México a autora refere a participação da antropologia urbana no âmbito dos “estudos urbanos” correspondendo a investigações realizadas na cidade do México em colaboração com outras disciplinas como a arquitectura, a sociologia urbana e a geografia. Face à Itália a autora refere também a importância dessas experiências interdisciplinares anotando no entanto algumas dificuldades que é necessário ultrapassar: dificuldade de comunicação entre as várias disciplinas, as relações de poder entre elas, a questão da escala e a duração da investigação (51/52).

A situação portuguesa, analisada por Graça Índias Cordeiro, é particularmente interessante porque o atraso nos trabalhos da antropologia urbana nos estudos sobre a cidade (consequência da etnologia e etnografia portuguesas terem sempre privilegiado o mundo rural, excepção feita aos trabalhos de Pais de Brito), vai originar o aparecimento de um conjunto de estudos etnográficos sobre a cidade a partir de outras disciplinas para além da antropologia: sociologia, psicologia, geografia e história social. O artigo levanta-nos uma série de questões que ultrapassam a questão da interdisciplinaridade, passando pela própria noção de conhecimento disciplinar. Esta questão entronca na discussão sobre a maior ou menor importância dada à sociologia ou à antropologia no estudo da cidade e nas relações com a arquitectura. Curiosamente, ao longo do livro, alguns autores referem

a socioantropologia como forma de ultrapassar o problema. A autora cita Menendez, que dá uma resposta interessante a esta questão: “O que nos importa mais, é encontrar as aproximações mais pertinentes para explicar, interpretar e/ou agir sobre um problema específico e não estabelecer uma distinção segundo as maneiras que procede esta ou aquela disciplina” (105).

O artigo de Marion Segaud questiona a existência ou não de um novo campo de investigação – a antropologia do espaço – e defende que, quer sob o ponto de vista metodológico, quer sob o ponto de vista epistemológico, ainda se está longe de se ter constituído um novo campo de investigação. No entanto, defende ser fundamental transmitir ao arquitecto algo que parece por demais evidente: que o espaço tem uma dimensão social, humana, “o que pode trazer a antropologia do espaço à arquitectura é a constatação do carácter «ôntico» do espaço” (123).

A segunda parte do livro refere-se a experiências pedagógicas no quadro interdisciplinar onde as ciências sociais (particularmente a antropologia) e a arquitectura se encontram.

Citarei aqui dois desses artigos por me parecerem paradigmáticos em relação ao trabalho interdisciplinar que é possível fazer-se no plano do ensino da arquitectura: um sobre «o seminário de Nápoles» e outro, num plano de investigação-acção, sobre uma experiência numa cidade tunisina.

Amália Signorelli (antropóloga) e Constanza Caniglia (arquitecta) dirigem há oito anos, na Universidade Frederico II em Nápoles, um curso chamado “Seminário interdisciplinar. Antropologia Cultural – Urbanismo”. Este curso é seguido pelos estudantes de duas faculdades de engenharia, faculdade de sociologia e, posteriormente, de arquitectura.

O objectivo do curso não é formar uma personagem híbrida entre o antropólogo e o urbanista, mas antes formar antropólogos e urbanistas, cada um deles com consciência das competências dos outros. O tema central do curso parte de uma ideia que era por si só também a finalidade do urbanista: “o melhoramento da relação entre população e meio ambiente”. Os autores concluíram que os estudantes em urbanismo estavam predispostos para ver o ambiente material como se ele correspondesse a um espaço abstracto sem população, e os estudantes de antropologia viam as populações como se

elas não fossem também condicionadas pelo meio ambiente material (137). Um aspecto fundamental deste seminário assenta no trabalho de campo que vai permitir aos estudantes descobrirem uma forte conexão entre indivíduos (*sujets*) e lugares. Nesta fase do trabalho é muito clara a diversidade dos pontos de vista disciplinares dos quais os estudantes devem tomar consciência, para escaparem a essa forma de etnocentrismo que recebe aqui o nome de “disciplinocentrismo”.

Os autores defendem que a prática da interdisciplinaridade não se inventa, pelo contrário, tem que ser fundada num método de trabalho específico que deve ser aprendido. O principal objectivo do seminário “é levar os estudantes à compreensão da importância da identificação dos problemas” (144), o que significa que o importante não é decidir “o que fazer” mas antes “o porquê fazer” e o “fazer para quem” (146).

O artigo de Agnès Deboulet & Rainer Hoddé relaciona-se com uma experiência que se centra numa dupla preocupação pedagógica, no cruzamento entre saberes teóricos e saberes de acção (166). Trata-se de uma intervenção arquitectónica numa cidade média da Tunísia: Mahdia, com a participação de estudantes franceses e tunisinos. Nos três primeiros anos foram recolhidos materiais sobre a relação entre estruturas socioespaciais e modos de habitar. Estes materiais foram analisados em função do “olhar” dos próprios moradores.

Na sequência deste trabalho, os jovens estudantes encontraram uma casa abandonada no centro da Medina, conhecida de todos os habitantes e cuja demolição parecia evidente. A equipa propôs aos poderes locais tentar a sua recuperação a partir de uma óptica de pedagogia activa, procurando a utilização de materiais compatíveis e reapropriáveis localmente (174). Surge assim um movimento com vários estudantes de diversos cursos: cinema, história, arquitectura, sociologia, que durante as férias de Verão vão trabalhar no projecto da “Casa-laboratório”. Cria-se uma nova dinâmica entre moradores, estudantes de vários países e responsáveis do projecto, que permite uma verdadeira discussão sobre as novas funções da “Casa-laboratório”, quais os materiais a utilizar na sua reabilitação, técnicas antigas utilizadas, etc.

Os autores referem que “a capacidade de escuta é o elemento que forma o eixo da pedagogia posta em prática” (179), pedagogia essa que vai

pôr em causa algumas ideias “feitas” em relação à importância do *expert*, ao mesmo tempo que acentua a eficácia do exercício colectivo de reflexividade.

A terceira parte do livro, talvez a mais dispersa e menos homogénea, pretende, como afirmam Villanova e Miranda no capítulo de introdução, ligar os fenómenos de pequena escala às mudanças socioespaciais num contexto de globalização, “Um dos objectivos foi a necessidade de identificar os objectos próprios de cada campo, as suas fronteiras, através da mobilidade das populações e da evolução das cidades” (21).

Os artigos de Jean-Michel Léger e Roselyne Villanova centram-se nas implicações da globalização no espaço construído. Léger vai analisar a internacionalização na arquitectura e a forma como os arquitectos gerem o peso da cultura local e o peso da universalidade nas suas obras. Exemplifica com as obras de Siza, Diener & Diener e Herzog & De Meuron. Villanova, ao analisar a noção de espaços “entre” ou “intermédios” (*entre-deux*), refere-se quer a certos espaços construídos como também ao espaço que corresponde ao contacto entre duas culturas, à “mestiçagem”, procurando os lugares de interacção que possam estabelecer o contacto entre culturas.

O artigo de Anne Debarre pareceu-me também extremamente interessante ao propor uma outra figura de arquitecto, cuja postura na construção de habitações sociais é a da “minimalização” – ou seja: “Indiquemos o sentido das coisas e deixemos fazer” (226). Trata-se de uma equipa *Art’M* que, no seu projecto para uma urbanização de um bairro social de Mulhouse, sustenta que são as pessoas que vão habitar as casas que as devem transformar e imaginar: “a aposta é ver o projecto transformar-se a partir das vontades, da imaginação daqueles que irão aí viver.” (226) É aqui evidente a posição crítica assumida em relação a uma certa imagem consagrada do arquitecto.

O livro termina com um posfácio de Daniel Pinson – arquitecto e sociólogo – que mostra como a antropologia e a sociologia estão próximas da

arquitectura. Depois de fazer a história das influências da antropologia/sociologia na arquitectura, de apresentar as investigações feitas por arquitectos sobre o espaço urbano e as investigações em arquitectura que abordam a concepção arquitectural e urbana associando um método antropológico, o autor vai referir as diferentes situações do ensino das ciências humanas nos cursos de arquitectura: situações em que o ensino das ciências humanas é marginalizado; outras em que é dispensado pelos arquitectos; e outras, que correspondem aos casos menos numerosos, em que esse ensino corresponde a cursos específicos, mas se faz também através de uma associação mais estreita com a aprendizagem do projecto (317).

O autor termina o artigo afirmando: “O mundo moderno que domina o terceiro milénio é mais do que nunca marcado por essa exigência de imensas metrópoles, mas também pelo contraste entre fragmentos imensamente ricos e bairros extremamente miseráveis.” (319)

Um último aspecto importante neste livro é, pois, a sua proposta, pelo menos parcialmente conseguida, de mais do que pensar as ligações entre a arquitectura e as CS, (re)pensar o próprio papel das CS. Marc Auge, ao estabelecer a diferença entre o etnólogo e o arquitecto, escreve: “estas posições [a do etnólogo e a do arquitecto], por um lado semelhantes por outro simétricas e inversas, definem enfim duas tentações complementares: a tentação da escrita para o arquitecto, a tentação da leitura para o etnólogo” (*Fictions fin de siècle*, 2000). Mas é possível, como continua Marc Augé, conjugar estas duas abordagens e produzir efeitos de sentido mais complexos. É esta sem dúvida a aposta deste livro. O que implica que o cientista social, de uma vez por todas, se assumia enquanto alguém que vai interferir na realidade, tal como o faz, por seu turno, o arquitecto. O cientista social deixa de ser só observador para passar a ser também aquele que transforma a realidade. Ou antes: reconhece que, saiba-o ou não, é sempre isso que faz.